

Definidas as chapas para a eleição no ANDES-SN

Comissão eleitoral homologa chapas “ANDES Autônomo e de Luta” e “Renova ANDES” na disputa pela direção do Sindicato Nacional

A Comissão Eleitoral Central (CEC) homologou, no dia 1º de março as duas chapas inscritas para o processo eleitoral que elegerá a nova diretoria do ANDES-SN, que estará a frente do Sindicato Nacional no biênio 2018/2020. Após análise minuciosa da documentação apresentada pelas chapas inscritas, os membros da CEC atestaram que ambas cumpriram as exigências estatutárias e regimentais.

A **Chapa 1** - ANDES Autônomo e de Luta tem como presidente Antônio Gonçalves Filho (APRUMA); 1ª Vice-Presidente Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT); 2ª Vice-Presidente Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS); 3ª Vice-Presidente Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP); e Secretária Geral Eblin Joseph Farage (ADUFF).

A **Chapa 2** – Renova ANDES tem como Presidente Celi Nelza Zülke Taffarel (APUB); 1º Vice-Presidente José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE); 2º Vice-Presidente Fabio Cesar Venturini (ADUNIFESP); 3º Vice-Presidente Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); e Secretária Geral Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI).

Cronograma

A eleição do ANDES será realizada nos dias 9 e 10 de maio de 2018 pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-Sindicato Nacional até 8 de fevereiro de 2018 e em pleno gozo de seus direitos e em dia com suas contribuições até 8 de março de 2018.

As seções sindicais e as secretarias regionais têm prazo até o dia 5 de abril de 2018 para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercerem o direito ao voto.

Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas comissões eleitorais locais.

A apuração dos votos nas seções sindicais iniciará-se, obrigatoriamente, no dia 11 de maio de 2018, no horário indicado pela Comissão Eleitoral Local (CEL) e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia. Nos campi fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da mesa receptora, a critério da CEL



desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos. 36 e 37.

As comissões eleitorais locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 16 horas do dia 12 de maio de 2018 (horário de Brasília), via meio eletrônico, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical.

As comissões eleitorais locais têm, como prazo máximo, até o dia 21 de maio de 2018 para encaminhar, por SEDEX, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, das atas, das listas de assinaturas e dos relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da seção sindical.

A computação dos votos pela CEC iniciará-se às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 14 de maio de 2018, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Comissão Eleitoral Local

Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por um membro de sua diretoria, na condição de presidente; até 2 (dois) membros indicados por cada chapa

concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL; nas seções sindicais em que as diretorias não constituírem comissões eleitorais locais, as secretarias regionais poderão fazê-lo, indicando o seu presidente. A composição das comissões eleitorais locais deve ser enviada para a CEC até o dia 17 de abril de 2018.

Compete às comissões eleitorais locais definir e organizar as seções eleitorais até o dia 20 de abril de 2018; apurar os votos e decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

ADUFLA representada

A eleição deste ano no ANDES terá representantes da ADUFLA nas chapas inscritas. O professor Júlio Silvío de Sousa Bueno Filho (DES-UFLA) está como 2º Tesoureiro da Regional Leste na Chapa 1, enquanto o professor José Tarcísio Lima (DCF-UFLA) aparece como 2º Secretário da Regional Leste na Chapa 2.

O *Jornal da ADUFLA* traz nas páginas 4 e 5 desta edição artigos exclusivos de ambos os representantes da entidade sobre as propostas para o Sindicato Nacional no biênio 2018/2020.

Editorial : Um breve relato da pauta atual (Página 2)

Decisão judicial reconhece o direito dos docentes da UFLA ao reposicionamento na carreira (Página 3)

Eleição ANDES: Espaço aberto aos representantes da UFLA nas chapas concorrentes (Páginas 4 e 5)

O Neoliberalismo e o financiamento em Ciência & Tecnologia no Brasil (Página 7)

Clube de Campo busca padronização do acesso de convidados (Página 8)

Editorial

O ano de 2018 mal começou e nossa agenda de assuntos fica cada vez maior, o que faz nosso jornal ser espremido para conseguir tratar de tudo. Não colocamos nesta edição o adiamento da reforma da previdência, que sem dúvida é consequência em parte de nosso esforço de pressionar deputados e deputadas em ano eleitoral. Mas não podemos nos iludir, pois este assunto deve voltar com carga nova na próxima legislatura. Portanto, vamos priorizar o que ocorre em 2018, e a eleição de nova diretoria em nosso sindicato é um assunto muito relevante para este primeiro semestre. Vale a pena conhecer o que cada chapa tem a apresentar, e saber que temos dois colegas da UFLA participando, um em cada chapa.

Uma notícia boa que já dividimos com todos e todas foi a decisão judicial favorável à docentes que antes de ingressar na UFLA encontravam-se em níveis mais avançados da carreira do magistério superior ou tinham o título de doutor(a), sem ter que retornar ao início da carreira. Este é mais um exemplo de como a lei está sendo deixada de lado para se priorizar o atendimento de instruções normativas controversas. Além do serviço jurídico que nos tem atendido muito bem, nos protegendo dos diversos ataques, estamos trabalhando para melhorar nosso clube de campo em resposta às sugestões de sindicalizados/as. E entre as medidas estão as novas atividades como aulas de dança, além de medidas visando à melhor organização da entrada de convidados.

Infelizmente, não podemos deixar de fechar nosso editorial citando a aguda e crítica redução de recursos para a Educação, Ciência e Tecnologia, além dos graves atentados contra a nossa democracia representados neste momento por dois exemplos tipicamente fascistas. O ataque de grupos extremistas às atividades de formação de estudantes da UFLA em assuntos considerados pela direita radical como 'doutrinação', quando na realidade trata-se de temas ligados ao alargamento cultural de nossos discentes, buscando promover uma formação cidadã e a construção de uma sociedade mais civilizada.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e tudo o que este crime bárbaro representa: o assassinato de uma liderança política feminista, negra, lésbica, favelada e defensora dos direitos humanos, num contexto de intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. A morte de Marielle Franco significa muito, como pôde-se ver nas mais nojentas tentativas de destruir a sua imagem, mas seu exemplo de luta e de dedicação à construção de uma sociedade com mais justiça social significa muito mais.

Como professores e professoras temos grande responsabilidade neste processo de reversão desta onda conservadora e de atraso que nos atinge frontalmente.

Em tempo

A Diretoria da Adufla alerta a docentes, que estão em estágio probatório, para prestarem atenção ao adequado cumprimento dos procedimentos de avaliação deste estágio período, pois temos casos concretos de descumprimento das regras com graves prejuízos aos/às avaliados/as. O caso mais grave ocorreu no Departamento de Educação, como, por exemplo, o desrespeito aos prazos exigidos para a avaliação; irregularidades como esta podem afetar outros departamentos, e por isso, receberemos denúncias quando for o caso. Avaliação não pode ser punição.

- AGENDA ANDES -

05/04/2018 - RIO BRANCO-AC
Reunião do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical GTPFS do ANDES-SN.
Local: Sede da ADUFAC

06 E 07/04/2018 - RIO BRANCO-AC
4ª Etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN com o eixo central "Movimentos Sociais: exploração, opressão e revolução" com o tema a ser abordado "Quilombolas, luta e revolução".
Local: Sede da ADUFAC

13 e 14/04/2018 - BRASÍLIA-DF
Reunião conjunta dos Setores das IFES, IEES-IMES e dos GTs : GT-Carreira, GTPFS e GPTE
Local: Sede do ANDES SN

15/04/2018 - BRASÍLIA-DF
Reunião do Setor dos Docentes das IEES/IMES do ANDES-SN
Local: a ser definido

15/04/2018 - BRASÍLIA-DF
Reunião do Setor dos Docentes das IFES do ANDES-SN
Local a ser definido

26 e 27/04/2018 - SÃO PAULO-SP
Seminário Nacional da Comissão da Verdade - "Continuidades da ditadura na universidade e na sociedade".
Local a ser definido

Expediente

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Diretoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufia@adufia.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Jp06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN

BIÊNIO 2018-2020

PARTICIPE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO!

VOTAÇÃO

09 E 10 DE MAIO

ADUFLA
SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Justiça reconhece o direito ao reposicionamento

Docentes que ingressaram na UFLA oriundos de outras IFE e que já tinham título de doutorado antes de 2013 terão direito à aceleração da carreira

Em sentença proferida pela Subseção Judiciária de Lavras do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Lavras, em 23/02/18, deu ganho parcial à ADUFLA Seção Sindical na ação movida em favor da manutenção do enquadramento na Classe C, Nível 1 (Adjunto) para os docentes que ingressaram na UFLA oriundos de outras universidades federais e que já possuíam o título de doutorado antes de 01/03/2013.

O juiz substituto federal Maurílio Freitas Maia, reconheceu o direito à aceleração na carreira aos/as docentes doutores/as e que já encontravam-se na carreira do magistério superior em outra IFES, conforme rege o artigo 13, parágrafo único, da lei 12.772/12. Na prática, isto significa que os/as docentes que ingressaram na UFLA nesta condição deveriam ter sido enquadrados na Classe "C", Nível 1 – Adjunto desde sua respectiva posse, e não na Classe "A", Nível 1, conforme foram enquadrados-correu.

A sentença determina ainda que a universidade realize os pagamentos das respectivas diferenças remuneratórias, acrescidas de juros e correção monetária a todos/as que se encontrem nesta situação.

O segundo ponto que a ação movida pela ADUFLA questiona diz respeito ao reposicionamento na carreira, isto é o reenquadramento destes/as docentes no mesmo nível em que se encontravam nas respectivas universidades em que trabalhavam antes de ingressarem na UFLA. Na prática, o que se está pleiteando é o reconhecimento pela UFLA de que o/a docente que, por exemplo, encontrava-se na Classe "D", Nível 2 – Associado seja reconhecido/a como tal e enquadrado/a nesta mesma classe e nível desde sua posse na UFLA.

Neste questionamento tem-se como fundamento que a carreira do magistério superior é uma e que os/as docentes ingressaram na UFLA após

terem solicitado vacância de seus cargos ocupados nas outras IFES por posse em cargo inacumulável, mantendo-se, assim, o vínculo com a Administração. Quanto a este ponto, a sentença não reconhece a validade do pleito relativo à progressão. A Assessoria Jurídica da Adufla já está preparando recurso de apelação quanto a esta decisão.

Importante é destacar que o ganho parcial ora obtido, bem como o possível ganho do segundo ponto, caso venha a ocorrer, beneficia toda a categoria, não apenas àqueles/as que se mobilizaram pela ação. A sentença agora segue para a etapa dos recursos das partes.

Recursos

De acordo com o advogado Dr. Rodrigo Alvim Gusman Pereira, da Aroeira Braga Advogados, a decisão relativa à aceleração da carreira está garantida, bem como o ressarcimento das diferenças decorrentes, porém, como a ADUFLA irá recorrer da parte relativa à progressão, a fase de execução do pagamento das diferenças remuneratórias deverá ocorrer após o transitado em julgado da referida ação após esgotados todos as possibilidades de recursos, por ordem, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive na fase de execução, quando serão discutidos os valores a serem ressarcidos aos docentes que se enquadram na ação.

Repercussão

Para o professor Ricardo Terra (DCC), considera a decisão é importante porque dá o direito aos professores de estarem na carreira numa posição em que deveriam realmente estar pelo histórico de cada um. “Essa ação vem restaurar o que tínhamos



em outra universidade e que perdemos quando viemos para a universidade como a UFLA. Traz mais motivação por você estar onde deveria. Eu perdi três anos da minha carreira quando vim para cá”, destaca Ricardo.

O professor Gabriel Araújo e Silva Ferreira (DEG) concorda com o colega que a decisão vem para fazer justiça. “Isso é o reconhecimento aos professores que deveria, m estar colocados alocados onde realmente deveríamos níveis que realmente ocupavam na carreira, considerando o trabalho que a gente teve antes de entrar na UFLA. Isso motiva ainda mais a gente continuar fazendo um bom trabalho na nossa carreira”, justificou Gabriel.

ANDES-SN faz análise jurídica preliminar sobre concessão de progressão nas IFES

Diante do Ofício Circular nº 53/2018 do Ministério do Planejamento, que busca uniformizar o entendimento sobre os efeitos das progressões funcionais dos docentes das IFES, o ANDES divulgou análise jurídica da questão onde destaca pontos importantes do referido ofício. O primeiro se refere aos efeitos financeiros das portarias concessivas, expedidas ou publicadas, após 1/8/2016, que deverão retroagir à data em que o docente cumprir o interstício e os requisitos estabelecidos em Lei. O ANDES entende que a circular acaba por dirimir algumas controvérsias, retroagindo os efeitos do ato concessivo à data de cumprimento dos requisitos legais, e não a partir da data do ato concessivo, que desconsiderava por completo a mora administrativa na análise dos processos.

O segundo ponto refere-se aos efeitos financeiros das portarias concessivas, expedidas ou publicadas, antes de 1/8/2016, que terão seus efeitos financeiros limitados à esta data. O sindicato avalia que não deve prevalecer tal interpretação, devendo valer a retroatividade à data do pedido, com o cumprimento dos requisitos legais, nos termos da Lei nº 12.772/12.

Em terceiro lugar está a exigência da apresentação de diploma de conclusão do curso de mestrado ou doutorado para fins de comprovação da titulação, tanto para a progressão, promoção e RT. O ANDES entende que é possível recorrer ao poder judiciário, em razão da mora administrativa de algumas instituições na elaboração e entrega dos diplomas, o que acaba acarretando enorme prejuízo aos docentes.

Por fim, o ANDES destaca a impossibilidade de acúmulo de interstícios para a solicitação de progressões/promoções de forma cumulada, nos termos do requisito legal que imporia a observância de 24 (vinte e quatro meses) de efetivo exercício em cada nível. Esse é um dos pontos mais controversos, pois apesar de haver previsão expressa na Lei para o cumprimento do efetivo exercício em cada nível, algumas universidades aprovaram em seus colegiados tal possibilidade, com o entendimento de que a Administração poderia reconhecer uma situação de fato, ainda que não efetivada formalmente. No enfrentamento da questão perante o poder judiciário, certamente enfrentaríamos enorme dificuldade, em razão do texto legal, sendo pertinente uma discussão administrativa ampla.

Eleição no ANDES

Chapa 1 – ANDES Autônomo e de Luta

Meu nome é Júlio Silvio de Sousa Bueno Filho, sou paulista de Itararé, Engenheiro Agrônomo formado pela UFV em 1989. Realizei meu MS (1992) e DS (1997) em Genética e Melhoramento de Plantas na ESALQ-USP, em Piracicaba. Em 1992 ingressei como Professor Colaborador (horista) na Universidade de Taubaté. Em 1997 ingressei na UFLA como Professor Visitante (na prática, professor substituto) no Departamento de Ciências Exatas (DEX). Ainda em 1997 ingressei para o quadro efetivo do DEX. Fui chefe do DEX entre 2014 e 2015 e em 2016, com a criação do Departamento de Estatística fui eleito novamente para a chefia, cargo que ainda exerço.

Participo da vida sindical da UFLA praticamente desde minha admissão. Os ingressantes em 1997-1998 encontramos o sindicato local com problemas de ordem financeira. O sindicato nacional em seguida enfrentou outros. Me aproximei da chapa formada pelo Prof. Jovino, que procurei auxiliar informalmente, sendo mais tarde eleito em assembléia assembleia para substituir a Profª. Ila, que se afastou para doutoramento.

Integrei a chapa seguinte formada pelo Prof. Tarcísio, como segundo secretário. Particpei do trabalho de outras chapas, eleito ou como colaborador. Apoiei na medida do possível várias das chapas e lutas específicas de nosso sindicato, bem como atividades de comandos de mobilização ou de greve.

Fiz parte de uma gestão do ANDES-SN, eleito Segundo Secretário da Regional Leste. Entendi neste momento a preocupação de promover a renovação dos membros das diretorias e a tentativa de incluir mais gente responsável e atuantes em suas bases sindicais.

Nosso sindicato tem sido incansável na luta contra as Reformas da Previdência desde 1998 (sob o governo FHC). Lutamos também contra as reformas de 2003 (Lula) e de 2015 (Dilma). Mantivemos uma luta contra a tentativa de barrar o registro sindical do ANDES-SN, voltada especialmente no período dos últimos governos a legitimar sindicatos mais alinhados ao governo. Lutamos por melhorias salariais e de carreira, mantendo grupos de estudo e propostas de carreira como metas para reivindicações salariais. No atual governo participamos de uma grande greve contra a Emenda Constitucional 241/95 (Lei do Teto dos gastos públicos) e temos atuado contra as reformas nefastas a ele associadas.

Identificamos que neste período de crise estrutural o capital busca novos mercados e trata a educação como tal, sendo que um grande desafio para o próximo período é evitar as orientações de austeridade fiscal do Banco Mundial, que se traduzem na privatização do ensino superior e na precarização do trabalho de docentes e de técnicos admi-



nistrativos.

A atual chapa que vim a compor tem 83 professores, sendo que conheço pessoalmente apenas alguns, mesmo os da Regional Leste. Menciono os professores candidatos aos principais cargos, quais sejam: para presidente Antonio Gonçalves (UFMA), para Secretária Geral a Eblin Farage (UFF, atual presidente do ANDES-SN), para primeira tesoureira Raquel Dias (UECE). Na Regional Leste temos cinco colegas dentre os quais destaco o Prof. Toledo (UFOP) que foi meu colega de gestão em que revelou grande capacidade organizativa e me deixa muito satisfeito na tesouraria. Isto demonstra o balanço entre novos quadros e antigas lideranças, característico da política de formação da diretoria sindical. A composição integral das chapas pode ser vista no seguinte sítio: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1589238934.pdf>.

Meu engajamento na atual chapa da situação do ANDES deve-se à confiança que um grupo de professores da UFLA têm na atuação deste coletivo, reforçada por participações sucessivas em fóruns de discussão do sindicato, especialmente no período após o REUNI, que se caracterizou pela pelo grande aumento do número de docentes e ampla renovação de quadros na AUFLA. Os princípios norteadores da chapa são:

A autonomia sindical, em que se defende que o ANDES não se afilie a quaisquer partidos ou governos, preservada a liberdade de opção política individual se seus filiados.

A democracia interna, em que se defende que posições políticas do sindicato devam ser tratadas em congressos ou fóruns específicos com ampla participação de delegados de base.

A organização pela base, em que se defende que cada Associação Docente seja uma unidade do ANDES e que estimule a participação de delegados nos fóruns decisórios do sindicato.

A combatividade e o espírito de classe, em que se defende que o sindicato é formado por trabalhadores do ensino, cujos interesses estão em contra-

posição a empresários do ensino.

O momento é de grave ruptura democrática, devemos ser firmes. Evitar que nosso sindicato seja dragado pela politicagem de grupos que desejam construir no sindicato o espaço de sua manifestação partidária. Um sindicato deve se manter fiel a sua categoria e não agir de acordo com a conveniência dos governantes de plantão, como infelizmente ocorreu com a nossa antiga central sindical, a CUT, em 2003 na reforma da previdência.

Algumas de nossas bandeiras:

1) Direitos de carreira atraente e condições dignas de trabalho para todos todos/aos docentes. Temos base no Magistério Superior e EBTT, em diversos tipos de instituições, com carreiras e sistemas de previdência muito afetados por mudanças nos últimos governos.

2) A educação pública e gratuita, coisa que o atual governo com ministro de rede privada de ensino busca atacar. Verbas públicas sejam voltadas para o ensino público. Fim do congelamento imposto pela PEC 95.

3) Lutar para que as instituições públicas se democratizem e acolham mulheres, negros e representantes de minorias oprimidas. Lutar contra o machismo e todas as formas de opressão culturalmente estabelecidas.

4) Lutar por um projeto de Ciência e Tecnologia pública voltado para as necessidades da população brasileira.

5) Ajudar a articular a luta de demais categorias de trabalhadores e jovens estudantes por meio da construção da CSP Conlutas. Participar ativamente de suas instâncias e aprofundar a sua democracia interna.

Grato pela sua atenção, peço a confiança do seu voto para a Chapa 01 e sua generosa crítica para melhorar nossa prática sindical.

Júlio Silvio de Sousa Bueno Filho (DES-UFLA)

Eleição no ANDES

Chapa 2 – Renova ANDES

Por que lançamos a **Chapa 2 – Renova ANDES-SN** para concorrer à eleição do Sindicato Nacional? O isolamento assumido pela direção sindical em relação ao grosso do movimento dos trabalhadores, o progressivo afastamento em relação à própria categoria e a secundarização da pauta salarial, da carreira e a consequente ausência de conquistas, motivou a formação da Chapa Renova Andes. Queremos **Renovar o ANDES-SN. RENOVAR, LUTAR E CONQUISTAR!**

Queremos toda e todo docente no sindicato!

Objetivamente, algumas de nossas propostas são:

Sobre Campanha Salarial e Carreira: essa é uma questão que nos preocupa, porque diz respeito a questões centrais de luta da categoria docente e que tem sido negligenciada pela gestão do ANDES-SN. Por isso, propomos concentrar esforços na realização de uma campanha salarial dos Setores, discutindo índices objetivos de reajuste e avançando com uma pauta de reivindicações concretas e imediatas. Lutar para que os direitos à progressão funcional, à licença para formação continuada e licença prêmio sejam garantidas. Construir efetivamente a luta em defesa de orçamentos, salários, carreiras, condições de trabalho, de formação, de assistência estudantil, previdência, concurso público, em unidade com outros coletivos.

– Discutir, via seções sindicais o papel dos Planos Individuais de Trabalho e similares, combatendo seu caráter produtivista e pautando alternativas a esse tipo de controle da atividade docente.

As Regionais ocuparão para nós papel de articulação: por isso, propomos fortalecer as Secretarias Regionais no seu papel de aglutinadoras e reafirmar a aproximação efetiva com a base, visitando os campi, atuando em conjunto com as seções sindicais e Andes-SN, para responder de maneira efetiva às demandas específicas das Instituições e docentes que representamos: carreira, condições de trabalho, demandas jurídicas, realização de encontros dos docentes das regionais nos vários campi, respeito ao contraditório e opiniões divergentes, dentre outras.

Especificamente, nossa Secretaria Regional, a Regional Leste, que representa as Instituições de Ensino filiadas ao Andes-SN em Minas Gerais e Espírito Santo, tem como demandas emergentes, a serem tratadas junto com as Seções Sindicais: necessidade de aproximação com a base, recuperar os papéis das assembleias como espaço decisório e de ouvir demandas das/dos docentes, efetivar uma política de comunicação eficiente, reclamação de muitos docentes, lutar para melhores condições de trabalho nos campi, com combate a casos de assédio moral e critérios produtivistas de avaliação



docente, lutar por condições de saúde dos docentes, submetidos a situações de stress, depressão e outras doenças ocupacionais, propor atividades culturais, hoje quase inexistentes nos campi, valorização e divulgação de produções culturais diversas, fortalecer a atuação jurídica nas Instituições de ensino da Regional Leste, promovendo encontros e troca de experiências entre os advogados, das seções sindicais e Andes-SN, oferecendo suporte às que não possuem assessoria jurídica, por entendermos que esse fortalecimento permite corrigir situações de injustiça e promove respostas eficientes às demandas da categoria. Neste momento, muito nos preocupa a precária situação da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, que devem merecer apoio emergencial da Regional Leste. Fato é que todas essas demandas devem ser constantemente atualizadas e só uma atuação efetiva e próxima à base permitirá o diálogo, parceria, fortalecimento e promoção de respostas e ganhos efetivos à categoria.

Na política para os Aposentados, pretendemos lutar para corrigir as injustiças cometidas com quando da reestruturação da carreira e no cálculo dos índices salariais, retomando a organização desse setor. Além disso, promover encontros e integração de professores aposentados.

Na relação Sindicato e Base, lutaremos para favorecer o reatamento do ANDES-SN em unidade com organizações representativas do movimento sindical, popular e da juventude contra as contrarreformas de Temer. Realizar campanhas publicitárias, em defesa de nossa carreira e da universidade pública, na grande mídia. Além disso, promover cursos e eventos de formação sindical e atividades de integração entre os docentes.

Na relação com a CSP-Conlutas: pretendemos propor um amplo debate de balanço da filiação do Andes-SN à CSP-Conlutas, com vistas a avaliar o futuro de nossa filiação a esta Central Sindical.

No âmbito da Conjuntura Nacional: lutar contra o golpe de 2016, integrando as ações para derrotá-lo, para que se barre a ofensiva contra os direitos e garantias democráticas.

Por fim, reafirmamos a necessidade da unificação dos docentes, lutando para recuperar para o ANDES-SN os setores que dele se afastaram nos últimos anos. **O Sindicato é um importante instrumento na defesa de direitos e conquistas da classe trabalhadora e, por isso, deve se construir como um ANDES-SN PARA TODAS E TODOS!** Pedimos, portanto, seu voto e confiança!

Parte da Nossa Chapa:

Executiva

Presidente: Celi Nelza Zülke Taffarel (APUB)

1º Vice: José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE)

2º Vice: Fabio Cesar Venturini (ADUNIFESP)

3º Vice: Domingos Sávio da C. G. (ADUNEMAT)

Secretária Geral: Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI)

1ª Secretária: Lisleandra Machado (APESJF)

2ª Secretária: Márcia Morschbacher (SEDUFMS)

3º Secretário: Flávio D. A. Melo (ADUFERPE)

1º Tesoureiro: Everaldo de O. Andrade (ADUSP)

2º Tesoureiro: Fábio Tadeu de Melo Pessôa (SINDUNIFEPPA)

3º Tesoureiro: Antônio Eduardo Alves de Oliveira (APUR)

Regional Leste (Instituições de Ensino de Minas Gerais e Espírito Santo)

1ª Vice: Giselle Moraes Moreira (APESJF)

2ª Vice: Ana Cristina de Lima Pimentel (ADUFSJ)

1º Secretário: Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU)

2º Secretário: José Tarcísio Lima (ADUFLA)

1ª Tesoureira: Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES)

2º Tesoureiro: Júlio Cesar Costa Campos (ASPUV)

José Tarcísio Lima (DCF-UFLA)

Controle Financeiro - Janeiro/2018

Despesas Clube		
Funcionários	R\$	24.547,10
Contas Fixas	R\$	2.784,67
Material de Consumo	R\$	3.232,97
Material de Reforma	R\$	2.500,00
Material Esportivo		
Manutenção Piscina e Sauna	R\$	3.500,00
Manutenção Geral	R\$	2.727,68
Evento Decoração	R\$	494,00
Evento Alimentação		
Evento	R\$	7.808,65
	R\$	47.595,07

Despesas Escritório		
Funcionários	R\$	6.202,87
Faxina	R\$	411,70
Contas Fixas	R\$	1.041,79
Material de Papelaria/Gráfica	R\$	575,20
Material e Manut. Informática	R\$	1.048,73
Material de Consumo	R\$	1.162,53
Manutenção Café	R\$	144,00
Manutenção Geral	R\$	1.509,00
Estagiárias	R\$	770,73
Exame Rotina		
Caixa Fixo	R\$	12.866,55

Despesas Gerais		
Contador	R\$	1.167,00
FGTS, DARF, GPS	R\$	11.304,44
Seguro de Vida	R\$	1.370,21
Unimed	R\$	4.892,77
Contrib. Sindical	R\$	188,86
Correios	R\$	1.711,62
Tarifas bancárias	R\$	501,15
	R\$	21.136,05

Despesas Sindicais		
Andes	R\$	19.532,10
Advogado BH	R\$	2.220,45
Advogado Lavras	R\$	1.891,00
Diárias	R\$	4.672,80
Jornal Imprensa/Agendas	R\$	4.686,35
Ressarcimento		
Passagem/Hotel	R\$	5.435,93
Despesas diversas	R\$	1.370,00
Diligência	R\$	180,00
	R\$	39.988,63

Clube	R\$	47.595,07
Escritório	R\$	12.866,55
Gerais	R\$	21.136,05
Sindicais	R\$	39.988,63
	R\$	121.586,30

Receita do mês

Saldo em 29/12/2017	R\$	6.887,00
Aplicação	R\$	65.000,00

Contracheque	R\$	168.664,00
Débito em conta Seguro	R\$	1.370,21
Débito em conta Mensalidade	R\$	5.800,00
Débito em conta Pensionistas	R\$	3.480,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$	3.086,00
Boleto Mensalidade	R\$	978,00
Boleto Sócio Especial	R\$	250,00
Boleto Tênis	R\$	495,00
TOTAL	R\$	184.123,21

Ponto de Vista

Neste momento, em nosso país, nada se tem como certo, em particular o estado democrático e de direito. E diluído nesta confusão estão nossas lutas contra a deterioração da carreira e salário, além da defesa por uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada e como direito de todos e todas. Portanto, precisamos repensar nossas ações e estratégias de luta, e a necessária reorganização passa por reafirmar nossa representação sindical, definir o que realmente estamos dispostos a fazer, além de elencar as prioridades para a luta frente a tantos ataques.

O ataque ao nosso sindicato nacional, o Andes, a exemplo de todas as organizações populares no Brasil, é algo que devemos destacar, e que foi intensificado no Governo Lula, com a busca de nos dividir internamente. A criação de uma pseudo-entidade sindical, para tentar substituir nossa legítima representação, fez parte dos atos de redução da nossa força, que é a união; o Governo Lula até cassou unilateralmente nosso registro sindical, até então, reconhecido em todas as instâncias de nosso judiciário, ato contínuo recuperado depois de muita luta. Entendo que os ataques foram reação de nossa firme posição de não associar o sindicato a um Governo ou partido, qualquer que fosse. A intransigente luta contra a reforma da previdência logo no primeiro ano de Lula, é um divisor de águas em nosso movimento.

A reforma da previdência de 2003 foi um grave ataque à nossa carreira e à nossa unidade, com colegas ainda imaginando que têm o direito de aposentadoria integral, e com colegas aliados da aposentadoria integral, certos que precisam ter uma outra postura para programar sua velhice e aposentadoria dignas. Além disso, com a reforma de 2003, passamos a ter uma redução de 11% de nossas aposentadorias quando ficamos obrigados a contribuir mesmo depois de aposentados/as.

Mas os ataques não pararam por aí, pois o Governo intensificou a distorção na carreira quando em 2006 impôs a criação da classe de associado, e criando um grande degrau em relação ao professor adjunto com ínfima redução de perdas inflacionárias para auxiliares, assistentes e adjuntos. Ou seja, estava sendo preparada a condição básica para a implantação do REUNI (expansão das universidades), estrutu-

rada na precarização dos salários dos novos e novas docentes. Novas medidas foram implementadas em 2012 e 2015 com diferentes índices de reposição de perdas salariais para diversos níveis da carreira. Estas reposições foram forçadas por meio da assinatura de falso acordo entre o Governo a falsa representante dos/as docentes enquanto a categoria estava em greve.

O último acordo de 2015, nos impôs reajustes anuais de perdas passadas (anteriores a 2015) com pagamentos em anos seguintes de forma parcelada; isso fez e faz com que a categoria imagine que não podemos lutar por reajustes até que as parcelas sejam pagas em 2019. O que não é verdade, mas revela um claro complicador para o esclarecimento do tema e mobilização para a luta.

Com o golpe sobre a democracia brasileira de 2016, passamos a ver novos ataques, entre eles o que mais nos afetará em médio e longo prazo: O projeto de congelamento dos gastos da União, que afetará salários e recursos para a educação, ciência e tecnologia.

Como nada é tão simples, o Governo protagoniza ataques paralelos aos nossos direitos acessórios como a insalubridade, por exemplo, incentivando as universidades a seguirem instruções normativas que afrontam as leis e nos tiram direitos.

Apesar de todos os ataques que vimos sofrendo, existe enorme dificuldade de reorganizar as bases e reorganizar a luta, e não somente nas carreiras de professores e professoras federais. Esta dificuldade de mobilização também é encontrada nas carreiras federais, com praticamente ausência de movimentos reivindicatórios até mesmo para aquelas carreiras com grande poder de barganha como é o caso da Receita e a Polícia Federal.

Apesar do cenário desanimador, precisamos nos mobilizar, e reforçar nossa capacidade de pressão para evitar perdas maiores. Precisamos perguntar o que cada um está disposto/a a fazer, e qual seriam nossas prioridades, sob risco de destruição da carreira como a conhecemos e o aparecimento de uma nova carreira precária e desmotivante.

Prof. Roberto Alves Braga Júnior
Departamento de Engenharia – UFLA
Primeiro Secretário da ADUFLA SSIND

CAMPANHA SALARIAL SPF 2018

Serviço Público não é mercadoria é dever do estado, direito da População.

Logos: FONACATE, FONACATE, ANDES

O Neoliberalismo e o financiamento de C&T no Brasil

(Resumo do artigo*)

“No período de 2003 a 2016 o Governo Federal destinou à Ciência e Tecnologia, em média, o correspondente a 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB) e 0,35% das despesas da União (em todas as funções). Isso é muito pouco para que se possa dizer que o país investe de fato em C&T. Ademais, o contingenciamento de recursos feitos pelo ilegítimo governo Temer, cuja política privilegia apenas o uso dos recursos do Tesouro Nacional para o pagamento da dívida pública e para saldar o déficit fiscal gerado pela sua política econômica recessiva, agrava ainda mais a situação dessa área estratégica para a soberania do país”. (Gráfico 1)

A incapacidade de gerar superávit primário desde o governo de Dilma Rousseff para o ajuste fiscal, aprofundada no governo Temer, impuseram cortes ou contingenciamento de verbas para as políticas públicas, onde o setor C&T tem sido um dos mais atingidos. “Observa-se que, tanto em relação aos gastos da União quanto no que se refere ao percentual do PIB, embora neste caso bem menos significativo, a destinação de recursos para C&T foram crescentes de 2003 a 2010, decrescentes de 2010 a 2012, novamente crescentes de 2012 a 2013 e voltaram a ser decrescentes a partir de então”.

“Do ponto de vista financeiro, os recursos destinados pela União para financiar C&T foram ampliados em 164,30% de 2003 a 2010 - de R\$ 4,394 bilhões passaram para R\$ 11,613 bilhões. De 2010 a 2016, observou-se uma redução de 45,20% - de R\$ 11,613 bilhões para R\$ 6,364 bilhões. Em termos percentuais, entre 2003 a 2016, o Governo Federal destinou em média 0,15% do PIB para financiar C&T. Mas importante atentar para o fato de que, nesse mesmo período, a União destinou 8,24% do PIB para garantir o pagamento de juros e amortizações da dívida, garantindo a rentabilidade do capital financeiro/especulativo”.

“A drástica queda dos investimentos estatais no setor em 2016 e 2017 e, segundo as previsões do PLOA, 2018, faz com que seja provável que a posição do Brasil piore muito na escala de investimentos totais em C&T e P&D. Apesar do citado aumento de recursos destinados pelo governo central à C&T, no período entre 2003 e 2013, os dados indicam que o país investe muito pouco quando comparado a outras nações, algumas delas, inclusive, com PIB bastante inferior ao do Brasil”. (Tabela)

“Efetivamente, os dados revelam que o Brasil destina pouco à C&T, embora tenha gastado mais do que outros países do grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e mais do que países da América Latina (no caso Argentina e México) em 2015. Com o aprofundamento da propalada crise fiscal e a implementação da agenda regressiva do governo Temer, o setor de C&T que, em 2017, já fora estrangulado a drásticas reduções orçamentárias, sofrer ainda mais nos próximos anos”.

“De 2003 a 2016, os governos Lula, Dilma e Temer destinaram no orçamento da União, cumulativamente, R\$ 15,118 trilhões para despesas com dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, quase metade (47,12%) dos recursos orçamentários que a União destina para todas as áreas de atuação do governo central (R\$ 32,084 trilhões). No mesmo período, os recursos destinados à dívida pública representaram 17 vezes mais que os recursos destinados à educação (R\$ 873,019 bilhões), 12 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R\$ 1,214 trilhão) e 19 vezes mais que os recursos destinados para a Assistência Social (R\$ 801,351 bilhões).”

Esses números “mostram que sucessivos governos vêm priorizando, em maior ou menor abrangência, os interesses privados em detrimento dos interesses públicos. Isto pode ser observado, também, se compararmos para um mesmo período, 2003 a 2016, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) ou as despesas com as Universidades Federais, com as despesas com financiamento público para iniciativa privada, como é o caso, por exemplo, dos financiamentos do Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).”

“Em 2003 o governo federal liberou R\$ 1,565 bilhão para o FIES, o que na época representou 3,31% do Gasto Federal total com Educação. A partir de 2005, para viabilizar o ProUni, o Governo Federal passou a conceder benefícios tributários para as instituições privadas de educação superior que aderissem ao programa. Tais benefícios são contabilizados pela Receita Federal, como gastos tributários

da União. Em 2016, o governo federal liberou R\$ 19,570 bilhões para o FIES e ProUni. Essas despesas passaram a representar 15,99% do gasto Federal total em Educação. Em termos financeiros, os recursos destinados a expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do prouni, cresceram 1.150,68% - de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016.” (Gráfico 2)

“No mesmo período, o crescimento do financiamento total em função da educação foi de apenas e tão somente 158,73%. Contudo, cabe lembrar que por definição o FIES não é uma despesa direta, mas sim o que é chamado de inversão financeira, ou seja, um empréstimo que o Governo Central faz aos estudantes, e que deverá ser quitado no futuro”. Porém, as notícias de inadimplência com a Caixa Econômica Federal no que se refere ao cumprimento dos contratos relativos ao financiamento por meio do FIES, revelam, por um lado, a precariedade desse programa do MEC e, por outro lado, revela dupla penalização a que estão submetidos os estudantes mais pobres.

Em resumo, “no ilegítimo governo Temer, como já afirmamos anteriormente, os contingenciamentos lineares de recursos nas áreas sociais e na C&T colocam em risco o desenvolvimento científico do país, o bem-estar de sua população e inviabilizam a soberania da nação brasileira”.

(* Fonte: **Caderno Textos ANDES 28 - Ciência & Tecnologia - Janeiro 2018**
<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-186083876.pdf>

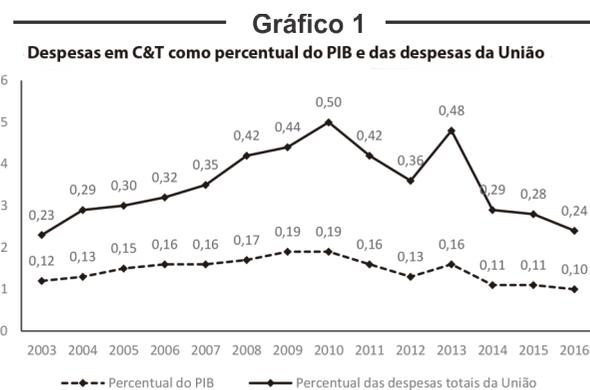
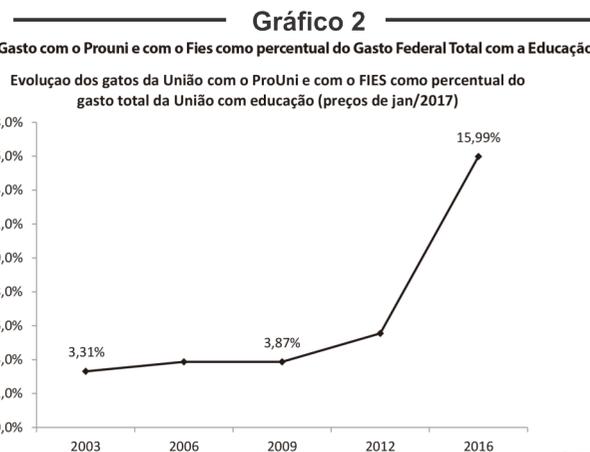


Tabela
Dispêndio em P&D como percentual do PIB de países selecionados em anos selecionados

País	2000	2005	2010	2015
Coreia do Sul	2,18	2,63	3,47	4,23
Japão	2,91	3,18	3,14	3,29
Alemanha	2,39	2,42	2,71	2,93
Estados Unidos	2,62	2,51	2,74	2,79
França	2,08	2,04	2,18	2,22
China	0,89	1,31	1,71	2,07
Canadá	1,86	1,98	1,83	1,71
Reino Unido	1,64	1,57	1,68	1,70
Itália	1,01	1,05	1,22	1,33
Brasil	1,05	1,00	1,16	1,28
Portugal	0,72	0,76	1,53	1,28
Espanha	0,88	1,10	1,35	1,22
Rússia	0,99	1,00	1,06	1,10
Argentina	0,40	0,42	0,56	0,63
México	0,33	0,40	0,54	0,53





Procedimentos no Clube de Campo são reavaliados

Mudanças atendem questionamentos de sindicalizados/as e busca identificar e regulamentar o acesso de não associados ao clube

Atendendo a diversos questionamentos por parte dos sindicalizados/as em relação ao acesso de não associados ao Clube de Campo, a direção da ADUFLA, por intermédio do Presidente do Clube, professor Carlos Magno, iniciou um estudo para avaliar os procedimentos que estão em prática atualmente e identificar possíveis falhas ou distorções no sistema visando uma melhor regulamentação que traga uma maior eficiência no controle dos convidados que utilizam as dependências do clube.

Para tal, a diretoria da Adufla iniciou uma série de contatos e reuniões com os responsáveis diretos pela organização das diversas atividades esportivas para traçar um diagnóstico da situação atual, ouvir sugestões e propor medidas de controle mais eficientes. Atualmente o clube disponibiliza horários para turmas convidadas para o futebol de campo, tênis e peteca, além do acesso de personal trainers em horários individualizados.

A ideia é estabelecer critérios para cada tipo de atividade, levando-se em consideração a periodicidade, número de participantes, infraestrutura para o atendimento, entre outros quesitos, para se chegar ao número ideal de convites para cada evento e as formas de controle que serão adotadas, estabelecendo um padrão para o acesso dos convidados, com identificação específica para cada modalidade e registro na portaria.

Tanto nas atividades coletivas quanto em relação aos personal trainers, a diretoria da ADUFLA entende que o próprios associados/as devem se responsabilizar pela identificação dos convidados/as, para efeito de controle, independente da cota de seis con-

vites mensais ao que o/a sindicalizado/a tem direito.

Dança de Salão

Um das novidades deste ano serão as aulas de dança de salão que serão ministradas nas dependências do Clube de Campo. A diretoria já está negociando com profissionais da modalidade para fechar parceria e abrir inscrições para os interessados, associados ou não, através da secretaria da Adufla.

Sauna feminina

Como forma de incentivar o uso da sauna pelo público feminino, foi lançada uma enquete na internet para saber das associadas quais seriam os melhores horários para a utilização do espaço. Atualmente, a sauna funciona às 2ª, 4ª, 6ª e sábados, sendo que até às 19h ela é reservada para as mulheres.

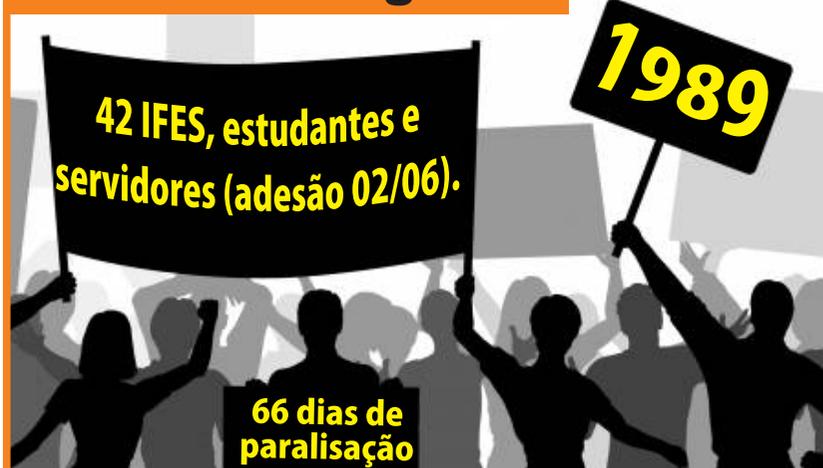
Capivaras

Uma outra questão que preocupa a diretoria e também os associados(as) está relacionada à infestação natural de carrapatos na área da lagoa em virtude da presença de capivaras naquele local.

A direção do Clube de Campo estará buscando orientação técnica junto ao IBAMA para que possa tomar as medidas possíveis para combater o parasita. No momento, a orientação aos/às associados(/as) é que não frequentem a área da lagoa como forma de prevenção à doenças transmitidas pelos animais.



Histórico das greves



Reivindicações

- Aumento de OCC/OG em 27,8%; Revogação do decreto que proíbe contratações e abertura imediata de Concurso; Reajuste mensal; - Reposição salarial de 34,9%; Anuênio de 1% (em Substituição ao quinquênio); - Aposentadoria integral; - Incorporação da Gratificação de Nível Superior.

Resultados

- Liberação de verba de emergência no valor de Cn\$ 60 milhões (cruzados novos); Promessa de liberar suplementação de Cr\$ 453 milhões (cruzados novos); Aumento de DE de 40% para 50% sobre o salário base e de 25% para 30% para docentes de 1º e 2º grau das IFES; Progressão horizontal de um nível para outro – de 4% para 5%; Autorização de contratação de 760 docentes e 1.340 servidores para IFES; - Direito à aposentadoria integral.